

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

Curitiba, 14 de Maio de 2019.

Ao
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
A/C SR. PREGOEIRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º andar – Sala 624 – CEP 70.064-900
Zona Cívico Administrativa - Brasília/DF

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019 PROCESSO Nº 08129.002051/2019-50 – MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

HELICIO KRONBERG, brasileiro, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado perante a JUCEPAR nº 653, inscrito sob o CPF 085.187.848-24, com endereço a Rua Padre Anchieta, 2540, Sala 401 – 4º andar, Bigorrrilho, CEP 80.730-000, na cidade de Curitiba/PR, vem apresentar a presente contrarrazões ao Recurso Administrativo apresentado pelo Sr. Fabio Gonçalves Barbosa referente ao Edital de licitação Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129-002051/2019-50, com fulcro nos itens 9.1 e seguintes do referido edital, nos termos das razões que se passa a expor:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante disposto no item 9.2.3 do Edital, após ser admitido o recurso, os demais licitantes ficam intimados para querendo apresentar contrarrazões em prazo de até 3 dias. Tendo em vista que o prazo finda-se em 14/05/2019, resta clara a tempestividade da presente contrarrazão.

2. INEXEQUIBILIDADE DE CONTRATO. RAZÃO AO RECORRENTE.

Em apertada síntese alega o recorrente que considerando as exigências editalícias, vislumbra-se que a proposta vencedora (zero por cento a ser pago pelo órgão promovente da licitação) não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa da realidade.

Ainda, aduz que o valor da proposta vencedora, notoriamente não acoberta o custo de remoção, guarda e armazenamento, dentre outros atos exigidos pelo edital para execução do objeto do contrato.

Ao final, pugnou pelo provimento do recurso, considerando que a proposta vencedora deverá ser declarada inexecutável, com a consequente desclassificação do licitante vencedor.

Nesta perspectiva, assiste razão ao recorrente, eis que é notória a inexecutabilidade do presente contrato, uma vez que somente a remuneração mediante 5 % (cinco por

cento) sobre a arrematação, não é suficiente para cobrir os custos destinados a execução do contrato.

É válido lembrar que as operações de trânsito apenas se viabilizaram mediante a formulação da Resolução 623 do CONTRAN, à medida que permitiu a cobrança de diárias e custos de remoção.

Contudo, as exigências de edital para cumprimento do contrato, torna o mesmo inexecutável, à medida que a proposta vencedora (zero por cento), como já dito não é suficiente para arcar com as despesas expostas na Resolução acima mencionada, bem como não permite o ressarcimento por tais custos de guarda, armazenamento, contratação de mão de obra capacitada para os procedimentos específicos exigidos para a execução do contrato.

Ou seja, se houver remoção, não há exequibilidade.

Por outro lado, verifica-se que o Edital induziu em erro os licitantes que apresentaram proposta zero por cento, eis que conforme nota-se do mesmo, trata-se de leilão de diversos bens, dentre os quais nem todos devem ser passíveis de remoção e guarda, motivo pelo qual deve ser cancelada a licitação, pois alguns licitantes, não reduziram o seu percentual, pelo fato de existir custos com remoção e guarda de bens.

Pelas razões acima expostas, pugna pelo deferimento do recurso apresentado pelo Sr. Fabio Gonçalves Barbosa, bem como requer-se o cancelamento da licitação.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Helcio Kronberg
Leiloeiro Público Oficial

Fechar